O elogio da cidade de Macau numa epopeia neolatina do séc. XVII

Autor(es): Urbano, Carlota Miranda

Publicado por: Associação Portuguesa de Estudos Clássicos; Instituto de Estudos Clássicos

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/30439>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/0872-2110_50_8

Accessed : 26-Apr-2023 13:36:07

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

Boletim de Estudos Clássicos

Associação Portuguesa de Estudos Clássicos
Instituto de Estudos Clássicos

Coimbra
Dezembro de 2008

O ELOGIO DA CIDADE DE MACAU NUMA EPOPEIA NEOLATINA DO SÉC. XVII

No último número do Boletim trouxemos ao leitor um ‘elogio da cidade de Goa’, um pequeno excerto de uma epopeia neolatina publicada em 1640.¹ Como já então dizíamos, o motivo do elogio de uma cidade é um tópico literário muito frequentado pelos nossos humanistas, quer dediquem a obra ao elogio de determinada cidade, quer o integrem como elemento de valorização literária do discurso ou a propósito da celebração de determinada figura ou acontecimento. Em todo o caso, o motivo literário remonta à mais antiga tradição clássica, pelo que não faltariam modelos *ad imitandum* aos poetas e prosadores na língua culta e artística do Renascimento, o Latim.

Em Portugal, como também nesse número referíamos, não faltaram grandes nomes do Humanismo português a fazer o elogio de cidades, tanto mais que, nos séc. XVI e XVII, teve grande fulgor entre nós o género epidíctico.

Bartolomeu Pereira, mestre de Retórica no Colégio das Artes em Coimbra e autor daquela epopeia neolatina, exercitara nos anos da sua formação e de magistério, as técnicas de descrição de acordo com os modelos clássicos, como se recomendava na *Ratio Studiorum*.²

Sendo esta epopeia uma celebração da acção missionária dos jesuítas no Oriente, também no elogio de Macau, como no de Goa que comentámos

¹ *Paciecidos libri duodecim*, da autoria do jesuíta Bartolomeu Pereira, publicado em Coimbra em 1640.

² Nos seus exercícios literários, o aluno devia praticar a imitação de “alguma passagem de um poeta ou de um orador; fazer uma descrição, por exemplo, de um jardim, de um templo, de uma tempestade, ou algo semelhante (...)” como consta das ‘Regras para o Professor de Retórica (cap. XVI, nº 5). Cfr. *Ratio Studiorum da Companhia de Jesus (1599). Regime escolar e curriculum de estudos*. Edição bilingue Latim-Português. Introdução, versão e notas por Margarida Miranda. *Ratio Studiorum*, um modelo pedagógico por José Manuel Martins Lopes S.J., Faculdade de Filosofia de Braga – Universidade Católica Portuguesa, Província Portuguesa da Companhia de Jesus, Edições Alcalá, 2008.

no último número, o louvor da cidade integra a exaltação dessa acção missionária através do elogio de uma casa da Companhia.

Como epopeia emuladora do modelo épico homérico-virgiliano, a narrativa tem início *in medias res*, quando os jesuítas, expulsos do Japão, são obrigados a embarcar e chegam ao exílio em Macau. Aí são recebidos pelos companheiros que os acolhem e procuram consolar. Mas se a acção tem início com a partida do Japão e chegada a Macau, não é neste momento que o poeta faz o elogio da cidade. Talvez a densidade trágica que Bartolomeu Pereira pretende imprimir aos seus versos, expressão do sofrimento dos missionários exilados, saísse prejudicada com o tom elevado exigido pelo discurso laudatório. É, então, esta a primeira referência à cidade de Macau:

Iapponum eiecti regnis, et litore pulsi
Iesuadae, bello effractam longoque ueterno
Atque maris consumptam undis subiere carinam,
Vos Sinae, uestrasque domos, certumque petentes
Exilii columen, fideique ruentis asyllum.
Iamque dies, noctesque feris typhonibus actas,
Atque hyemem ingentem passi, super aequora pinu
Errabant, fessis tandem ter septima primos
Cum montes, terrasque alta de puppe iacentes
Lux aperit. Sinae inclamant, Sinae arua tenemus.
En turres caelo elatae, procul ecce Machai
Tecta micant, augusta procul delubra patescunt.
Inde nouo terrae aspectu meminere relictos
Tot populos, subiique animos Japponia maestis
Tantum oculis distans, quantum est iam proxima flammis.
Ergo omnes luctum ingeminant, fractique dolore (...)

“Expulsos do reino do Japão, desterrados das suas praias, os jesuítas embarcaram em navio arruinado por antigos e longos combates, consumido pelas ondas dos mares, demandando-vos, China, as vossas casas, o abrigo certo para o exílio e o refúgio para a Fé em ruína. Provados dia e noite durante uma grande tempestade por violentos turbilhões, erravam na embarcação sobre os mares, até que, exaustos, do alto dos mastros, o

vigésimo primeiro dia,³ enfim, lhes anuncia ao longe montes e terra firme. — China!, clamam, —Chegámos a terras da China! Eis as torres ao céu erguidas, ao longe cintilam os telhados de Macau, ao longe anunciam-se os templos majestosos. E com a nova visão da terra, vem-lhes à memória quantos povos abandonaram, vem-lhes ao espírito *Japónia*, tão distante do seu triste olhar, como próxima é já pelas chamas.⁴ Então todos redobram o pranto, esmagados pela dor (...)”⁵

No contexto do canto I, a visão de Macau é, então, um motivo de dor, porque recorda aos exilados a *Japónia* que foram forçados a deixar, entregue à fúria das chamas e da perseguição.⁶ Assim, é só no decurso de uma longa narrativa analéptica que o herói, o Padre Francisco Pacheco, conta aos companheiros de cárcere, entre outras coisas, a sua viagem de Goa em direcção ao Japão com a passagem por Macau, onde acabaria por demorar alguns anos dedicado ao ensino no Colégio da Companhia.

³ *ter septima lux*, ou ‘três vezes sete’. Também Virgílio designa assim o decurso dos dias. Esta viagem, porém, parece, segundo fontes da época, ter demorado menos tempo. Provavelmente o navio deixou o porto a 6 de Novembro (Cfr. *Monumenta Historica Societatis Iesu* (MHSI)—*Monumenta Iaponiae* I, Vol. 111, p 574, citação de carta de João Rodrigues Girão de 22 de Dezembro de 1614, J.16 II 87 v.) e chegou a Macau a 18 ou 19 do mesmo mês (Cfr. *ibidem* p 575 citando carta do mesmo Rodrigues Girão, de Macau, a 25 de Fevereiro de 1615, J. 16 II 164).

⁴ A proximidade com as chamas deve ser entendida como a proximidade com a terra pela qual se sacrificarão no martírio. Estes missionários entendem o seu martírio também como um sacrifício eficaz pela ‘igreja do Japão’ que neste poema não se distingue da ‘terra do Japão’ e que surge poeticamente alegorizada na figura de *Japónia*.

⁵ I, 43-58. Note-se nos versos 50-52 o eco de Virgílio: “Iamque rubescebat stellis aurora fugatis/ cum procul obscuros collis humilemque uidemus/ Italia. Italiam primus conclamat Achates,/ Italiam laeto socii clamore salutant.” Cfr. *Eneida*, III, 521-524.

⁶ Numa analepse que se prolonga quase até ao final do Canto I, o herói principal, o P. Francisco Pacheco, narra aos companheiros de Macau as circunstâncias que os forçaram a abandonar o Japão. Nesta analepse recorda a dor e o sofrimento com que, da embarcação, vêem afastar-se no horizonte as casas e as igrejas em chamas e as colunas de fumo a sumir-se nos céus.

Inde Amachai late supereminet undis
Insula, qua Lysiis Sinarum rector habere
Hospitium sedesque dedit, foedusque recepit
In patrium, haud regno indecores, gentique futuros.
In magnum leuat ima Deus;magalia primum
Parua inopes posuere solo, queis nomina tantum
Vrbis erant, ratibusque aptus cum litore portus.
Inde opibus creuere animi, passimque superbum
Erexit gens illa caput; uix fortior ulla
Vrbs pelagi magnis tutatur moenibus undas.
Hic Lysius modo Praetor adest, clarusque tiara
Antistes, delubra auro splendente refulgent.
Primum Amachai paruo discrimine nomen
Seruat adhuc, minuunt Lysii, dicuntque Machaum.
Has cum defessi quondam peruenimus oras,
Iam tunc diuitiis, armisque urbs illa potentes
Aequabat populos, iamque illuc Sina, Malucus,
Aethiopesque,et diues Arabs, cum Perside et Indo,
Contulerant merces uarias, locuplesque frequenter
Puppibus adueniens dederat commercia Iappon.
Hic quoque se nostrae tollit domus inclyta gentis,
Ara urbis, Fideique altum florentis asylum,
Quo tua se tandem sacra redimiculae mitrae
Melchior abscondunt tumulo, caeloque uerendi
Seruantur cineres, hoc non data regna, nec urbes
Aethiopum meruere, hoc non Iapponia uotis
Promeruit, cui sacra tuos celebrare hymenaeos
Roma dedit, taedasque thori seruare secundas.
Hac lustrum inuitus sacrata in sede moratus,
Sublimi e solio diuinae Palladis artes
Expono, Numenque unum, ternumque uicissim
Gignentem, Genitumque Deo, flammamque profectam
Pectore ab utroque, et dotes, et quidquid in alta
Mente Deus, quid corde gerat, quid dextera possit;⁷

⁷ *Paciecidos*...IX, 213-246.

“De seguida, ao longe, eleva-se nas ondas a ilha de Amacau, onde o imperador da China concedeu aos portugueses possuir abrigo e morada, aceitando numa aliança paternal⁸ aqueles que não seriam indignos de tal reino, nem de tal povo.

Deus exalta à grandeza a mais ínfima pequenez. Primeiro, ergueram na terra pequenas e pobres cabanas⁹, em tal número que tinham o nome de cidade e, para as embarcações, um abrigo acomodado com um porto. Depois, a vontade¹⁰ foi crescendo e com ela a riqueza, e, alargando-se, aquela nação erguia a cabeça; dificilmente haverá alguma cidade mais forte, que se defenda das ondas do mar com tão grandes muralhas.

Aqui reside há não muito tempo o Governador português¹¹ e o ilustre Bispo com sua tiara¹²; Os seus templos resplandecem no brilho do ouro. Conserva até hoje com pequena diferença o nome Amacau que os portugueses abreviaram para Macau.

Quando, cansados, chegámos a estas praias, já então esta cidade igualava em riqueza e em armas os povos poderosos; já então o china, o maluco, o etíope, o árabe riquíssimo, com o persa e o indiano¹³ para lá levavam mercadorias várias, e até ela vinha frequentemente em seus navios o opulento japonês para fazer comércio.

Também aqui se ergue uma nobre casa da nossa Companhia, o altar da cidade, elevado templo da Fé florescente, onde se encerram, Melchior, os laços da tua sagrada mitra e estão reservadas no túmulo para o céu as tuas veneráveis cinzas.

⁸ No seu sentido de ‘hereditária’, transmissível de pais para filhos.

⁹ Inicialmente estas cabanas eram provisórias. Serviam de abrigo numa pausa entre viagens e depois eram destruídas antes da partida.

¹⁰ i.é. os ânimos, ou as vontades: *animi creuere*.

¹¹ Com efeito, a partir de 1623 Macau tem um Governador português e o momento em que Francisco Pacheco faz a longa analepse aos companheiros de cárcere, podemos situá-lo em 1626.

¹² Sic. A tiara é uma espécie de coroa para uso papal extra-litúrgico, distinta da mitra que quer o papa quer os bispos usam em contexto litúrgico. Usada desde o séc. VIII ao séc. XX, a tiara representa inequivocamente um símbolo do poder papal que neste contexto só pode ser entendido como alusão à sede episcopal.

¹³ Em vez de designar os reinos que faziam comércio em Macau, o poeta opta por referir os respectivos habitantes.

Tal não mereceram nem os reinos nem as cidades da Etiópia que te foram entregues; tal não mereceu com as suas preces *Japónia*, a quem Roma Sagrada concedeu celebrar os teus himeneus e guardar os esponsais de um matrimónio favorável.¹⁴

Detido neste lugar sagrado, embora contrafeito, durante cinco anos, da cátedra sublime exponho as artes da sagrada Minerva, a natureza de Deus uno e trino; o Criador, o Filho e a chama nascida do amor de ambos, as suas qualidades, o que quer que seja que Deus, em sua imensa sabedoria, concebe no seu amor e governa com a sua direita.”

Como já vimos no último número deste Boletim, o poeta não perde a ocasião de visitar os *tópoi* esperados pelo leitor para descrever e elogiar Goa e Macau, e a seu pretexto a presença dos portugueses e da Companhia de Jesus no Oriente.¹⁵ A riqueza e o progresso de Macau que de um conjunto de cabanas se transforma num movimentado e rico posto de transacções comerciais, com poderio de armas equiparável ao da China, da Etiópia, da Arábia ou da Pérsia, evoca ao leitor a descrição das florescentes cidades do Renascimento,¹⁶ embora não tão detalhada e fulgurante. A descrição atenta nas suas ‘igrejas resplandecentes de ouro’¹⁷ mas, mais uma vez, o centro, o altar da cidade é a Casa da Companhia.¹⁸

¹⁴ De acordo com outros passos do poema, tratar-se-á do Beato Melchior Carneiro, bispo de Macau, mas também da Etiópia e do Japão. Por isso, o poeta, desenvolvendo a imagem da aliança nupcial como ícone da aliança entre o pastor e a sua diocese, lamenta que o Japão não tenha merecido acolher as suas cinzas. Os seus restos mortais ficaram em Macau, no Colégio da Companhia (Colégio de S. Paulo). Com efeito, nomeado sucessor do patriarca da Etiópia nunca o chegou a exercer por falta de saúde e, bispo de Macau e do Japão desde 1568, também não chegou a visitar este último.

¹⁵ Para a descrição e elogio de Goa e do Colégio de S. Paulo cfr. VIII, 508-539 e para Macau, IX, 213-250.

¹⁶ Veja-se a este propósito Soares, Nair Castro, “Cidades ideais e elogio de cidades no Renascimento em Damião de Góis”, *Actas Congresso Internacional Damião de Góis...*, op. cit. 583-608.

¹⁷ “(...) delubra auro splendente refulgent” IX, 224.

¹⁸ Sobre a importância do Colégio de Macau, vd. Costa, J. Paulo Oliveira, “O Colégio de Macau e a Missão do Japão (1954-1614)”, *Portugal e a China. Conferências nos encontros de História luso-chinesa*, coord. Jorge Manuel dos Santos

Bartolomeu Pereira, no contexto das intenções que presidem à sua epopeia, pretende, sem dúvida, exaltar o papel da Companhia na missão do Oriente, embora não esqueça o valor de Macau como base comercial, importante ponto de encontro nas relações entre a Europa, a China e o Japão. Na verdade, Macau teve uma notável importância estratégica, não só do ponto de vista comercial, mas também do ponto de vista da missão. Criada em 1557, a Diocese de Macau tinha inicialmente jurisdição eclesiástica sobre a China e o Japão e funcionou, sobretudo por intermédio do Colégio da Companhia de Jesus, como base de preparação e envio de inúmeros missionários para vários pontos da Ásia, especialmente China e Japão. Grande parte dos missionários europeus detinha-se no Colégio de Macau, sobretudo para aprender as línguas orientais no sentido de se preparar para a missão. Outros detinham-se nele exercendo o magistério e contribuindo assim para a sólida formação em Artes e Teologia dos que enfrentariam as disputas teológicas com os bonzos. Foi este o caso do P. Francisco Pacheco que, como neste passo se refere, ensinou no Colégio de Macau durante cinco anos, de algum modo contrafeito, como o faz afirmar o poeta, dado o seu grande desejo de evangelizar no Japão.

Deste Colégio, ‘altar da cidade’, como lhe chama Bartolomeu Pereira, resta hoje a memória associada às célebres ‘ruínas de S. Paulo’, a fachada barroca da Igreja da Madre de Deus, adjacente ao Colégio, um dos símbolos mais expressivos da conturbada história da presença portuguesa no Oriente.

CARLOTA MIRANDA URBANO

Alves, Lisboa, Fundação Oriente, 2001, 61-87. Este Colégio foi uma verdadeira instituição universitária europeia no Oriente. Nos finais do séc. XVI, a sua organização, o regime de aulas e de férias, os graus académicos que conferia, etc... eram comuns ao Colégio das Artes de Coimbra.